



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII - Nº 034 - TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL 2002 - BRASÍLIA-DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente ⁽³⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i></p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário ⁽⁶⁾ <i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i></p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> 2º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i> 3º <i>Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> 4º <i>Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i></p>	
<p style="text-align: center;">CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago⁽⁴⁾ Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> Vago⁽⁷⁾ <i>Jefferson Pères – Bloco Oposição – AM</i></p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Artur da Távola</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> Vago Vago <i>Eduardo Siqueira Campos</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> Vago</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PFL – 17</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>José Agripino Maia</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> Vago <i>Maria do Carmo Alves</i> Vago</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Geraldo Melo</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Vago <i>Romero Jucá</i> Vago⁽⁷⁾ <i>Freitas Neto</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDI/PPS) – 14</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i> <i>Sebastião Rocha</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Ademir Anárade</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>José Alencar</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

(7) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;"><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 21.03.2002

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 36ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE ABRIL DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 106, de 2002 (nº 228/2002, na origem), de 4 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do General-de-Exército Max Hoertel, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército José Enaldo Rodrigues de Siqueira. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 03911

Nº 107, de 2002 (nº 229/2002, na origem), de 4 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do General-de-Exército Valdesio Guilherme de Figueiredo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Germano Arnoldi Pedrozo. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 03914

1.2.2 – Ofícios

Nº 48/2002, de 5 do corrente, do Senador Ney Suassuna, comunicando a sua reassunção ao mandato de Senador da República, como representante do Estado da Paraíba, a partir desta data. À publicação. 03917

Nº 151/2002, de 5 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, comunicando que o Deputado João Henrique deixa de participar, na qualidade de suplente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. À publicação..... 03917

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Aler-
ta à equipe econômica do governo para reavalia-

ção de sua política de exportação, diante das restrições impostas pelos Estados Unidos à importação do aço. Comemoração, ontem, do Dia Mundial da Saúde..... 03917

SENADOR NABOR JÚNIOR – Preocupa-
ção com o aumento do conflito entre Israelenses e Palestinos e com a escalada do preço do barril do petróleo pela Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP. Defesa da reativação do programa para a produção de álcool automotivo. 03919

SENADOR BERNARDO CABRAL – Parti-
cipação de S. Exª na Reunião Bianual do Comitê Mundial de Recursos Hídricos, realizada em Casablanca, no Marrocos, ocorrida entre os dias 14 e 17 de março último. 03919

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Intenção
de apresentar requerimento a Mesa, no sentido de solicitar homenagem de pesar pelo falecimento do Maestro Wilson Fonseca. Considerações sobre a mudança de remuneração da caderneta de poupança, pretendida pelo governo. 03921

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Trans-
crição de documento apresentado por S. Exª no Seminário Temas Estratégicos da Água na América Latina e no Caribe. 03922

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI –
Análise do papel do Estado na economia. 03931

SENADOR MAURO MIRANDA – Comentá-
rios sobre a necessidade de mudança na política brasileira de endividamento externo. 03933

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de
sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 03934

1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN	
Nºs 1 e 2, de 2002.	03938
3 – ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN	
Nº 39, de 2002.	03940
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA	

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 36ª Sessão não deliberativa em 8 de abril de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Edison Lobão

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 106, DE 2002
(Nº 228/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Nos termos do art. 123 da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do General-de-Exército Max Hoertel, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército José Enaldo Rodrigues de Siqueira.

Brasília, 4 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE

1. DADOS BIOGRÁFICOS

- a. **Nome:** MAX HOERTEL
- b. **Posto:** General-de-Exército
- c. **Antigüidade no Posto:** 25 Nov 99
- d. **Data de Nascimento:** 04 Jun 37
- e. **Local de Nascimento:** Rio de Janeiro – RJ
- f. **Filiação:** AUGUSTO HOERTEL e ANTONIETTA HOERTEL
- g. **Data de Praça:** 03 Jul 54
- h. **Cônjuge:** LUCILA CALLEGARI HOERTEL
- i. **C P F:** 026.311.807-04

2. PROMOÇÕES

Promoção a:	Data da Promoção:	Critério:
- Aspirante-a-Oficial	19 Dez 58	(Declaração)
- 2º Tenente	25 Ago 59	(Antigüidade)
- 1º Tenente	25 Ago 61	(Antigüidade)
- Capitão	25 Dez 65	(Antigüidade)
- Major	25 Dez 74	(Merecimento)
- Tenente-Coronel	30 Abr 80	(Merecimento)
- Coronel	31 Ago 84	(Merecimento)
- Gen Bda Cmb	31 Jul 90	(Escolha)
- Gen Div Cmb	31 Mar 95	(Escolha)
- Gen Ex	25 Nov 99	(Escolha)



a. Militares**(1) Curso Superior - Graduação**

Academia Militar das Agulhas Negras – Curso da Arma de Artilharia concluído em 1958.

(2) Curso de Pós-Graduação - Mestrado

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais realizado em 1968, que lhe permitiu o acesso ao posto de Oficial Superior.

(3) Curso de Pós-Graduação - Doutorado

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Curso de Altos Estudos Militares, realizado nos anos de 1972, 1973 e 1974, requisito indispensável para concorrer ao Generalato e integrar Estado-Maiores de Grandes Unidades e Grandes Comandos da Força Terrestre.

(4) Cursos de Especialização na Carreira Militar

Curso de Manutenção de Material Bélico da Escola de Material Bélico.

**4. FUNÇÕES DESEMPENHADAS****a. Como Oficial Subalterno, Intermediário e Capitão**

- Regimento Escola de Artilharia – Oficial de Estado-Maior da OM
- 3º Grupo de Artilharia Antiaérea – Comandante de Bateria
- 16º Grupo de Artilharia de Campanha/Autopropulsado - Oficial de Estado-Maior da OM

b. Como Oficial Superior

- 6ª Divisão de Exército – Adjunto
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Instrutor
- Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai – Adjunto
- Gabinete do Ministro do Exército - Assessor
- Departamento de Material Bélico – Adjunto

c. Como Oficial-General

- Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

d. Comando – Como Oficial Superior

- 8º Batalhão de Logístico

e. Comando, Chefia e Direção – Como Oficial-General

- Diretor do Centro de Avaliação do Exército
- Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul
- Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras
- Diretor de Formação e Aperfeiçoamento
- Chefe do Departamento de Material Bélico
- Chefe do Departamento Logístico
- Comandante Militar do Sul

5. CONDECORAÇÕES**a. Nacionais**

- Ordem do Mérito Naval – Grande Oficial
- Ordem do Mérito Militar – Grande Oficial
- Ordem do Mérito Militar – Grã-Cruz
- Ordem do Mérito Aeronáutico – Grande Oficial

- Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina
- Medalha do Pacificador
- Medalha Marechal Trompowsky
- Medalha Mérito Santos Dumont
- Medalha Mérito Tamandaré
- Medalha Marechal Hermes de Bronze com Uma Coroa
- Ordem do Mérito Forças Armadas – Grande Oficial
- Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes

b. Estrangeiras

- Ordem do Mérito Militar Oficial - Paraguai
- Medalha Honorífica – Artilharia - Paraguai
- Ordem dos Serviços Distintos do Mérito Militar Grã-Cruz - Argentina

Brasília, DF, 21 de março de 2002.



Gen Ex MAX HOERTEL

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**MENSAGEM Nº 107, DE 2002
(nº 229/2002, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,
Nos termos do art. 123 da Constituição Federal,
submeto à consideração de Vossas Excelências o
nome do General-de-Exército Valdesio Guilherme de

Figueiredo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Germano Arnoldi Pedrozo.

Brasília, 4 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

- a. **Nome:** VALDESIO GUILHERME DE FIGUEIREDO 
b. **Posto:** General-de-Exército
c. **Antigüidade no Posto:** 31 Mar 00
d. **Data de Nascimento:** 26 Jun 37
e. **Local de Nascimento:** Rio de Janeiro – RJ
f. **Filiação:** EDÉSIO GUILHERME DE FIGUEIREDO e DELVA BASTOS DE FIGUEIREDO
g. **Data de Praça:** 19 Out 53
h. **Cônjuge:** GISLAINE HONORINA SOUZA DE FIGUEIREDO
i. **C P F:** 019.275.156-53

2. PROMOÇÕES

Promoção a:	Data da Promoção:	Critério:
- Aspirante-a-Oficial	19 Dez 58	(Declaração)
- 2º Tenente	25 Ago 59	(Antigüidade)
- 1º Tenente	25 Ago 61	(Antigüidade)
- Capitão	25 Dez 65	(Antigüidade)
- Major	25 Dez 74	(Merecimento)
- Tenente-Coronel	30 Abr 80	(Merecimento)
- Coronel	31 Ago 84	(Merecimento)
- Gen Bda Cmb	31 Mar 91	(Escolha)
- Gen Div Cmb	31 Jul 95	(Escolha)
- Gen Ex	31 Mar 00	(Escolha)

3. CURSOS

a. Militares

(1) Curso Superior - Graduação

Academia Militar das Agulhas Negras – Curso da Arma de Infantaria concluído em 1958.

(2) Curso de Pós-Graduação - Mestrado

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais realizado em 1968, que lhe permitiu o acesso ao posto de Oficial Superior.

(3) Curso de Pós-Graduação - Doutorado

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Curso de Altos Estudos Militares, realizado nos anos de 1972, 1973 e 1974, requisito indispensável para concorrer ao Generalato e integrar Estado-Maiores de Grandes Unidades e Grandes Comandos da Força Terrestre.



4. FUNÇÕES DESEMPENHADAS

a. Como Oficial Subalterno, Intermediário e Capitão

- 1º Regimento de Infantaria – Comandante de Pelotão
- Colônia Militar de Clevelândia – Comandante de Pelotão
- 10º Regimento de Infantaria – Comandante de Companhia e Instrutor-Chefe do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
- Academia Militar das Agulhas Negras - Instrutor

b. Como Oficial Superior

- 4ª Região Militar/4ª Divisão de Exército – Adjunto
- 4ª Divisão de Exército – Adjunto
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Instrutor
- Departamento-Geral de Serviço – Assistente de Oficial-General
- Comando Militar do Sul - Assistente-Secretário de Oficial-General
- Estado-Maior do Exército – Adjunto
- 4ª Brigada de Infantaria Motorizada – Chefe do Estado-Maior
- 4ª Região Militar – Chefe do Estado-Maior

c. Como Oficial-General

- Subsecretário de Ciência e Tecnologia
- Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal

d. Comando – Como Oficial Superior

- 28º Batalhão de Caçadores

e. Comando, Chefia e Direção – Como Oficial-General

- Comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva
- Diretor Patrimonial de Brasília
- Chefe da Junta Interamericana de Defesa - EUA
- Comandante da 1ª Divisão de Exército
- Chefe do Departamento-Geral do Pessoal
- Comandante Militar da Amazônia

5. CONDECORAÇÕES

a. Nacionais

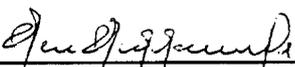
- Ordem do Mérito Naval – Grande Oficial
- Ordem do Mérito Militar – Grã-Cruz
- Ordem do Mérito Aeronáutico – Grande Oficial
- Ordem do Mérito Judiciário Militar – Alta Distinção
- Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina

- Medalha do Pacificador
- Medalha Mérito Santos Dumont
- Medalha Mérito Tamandaré
- Ordem do Mérito Forças Armadas – Grande Oficial
- Medalha de Serviço Amazônico com Passador de Bronze
- Medalha da Inconfidência – Medalha de Honra
- Medalha Santos Dumont Ouro
- Medalha Alferes Tiradentes
- Medalha do Mérito Tiradentes
- Ordem do Mérito Policial-Militar Coronel Fontoura
- Medalha Mérito Avante Bombeiro – Rio de Janeiro
- Medalha Negrinho do Pastoreio
- Ordem do Mérito Grão-Pará - Comendador
- Medalha da Vitória

b. Estrangeira

Medalha Especial da Junta Interamericana de Defesa – OEA

Brasília, DF, 25 de março de 2002.



Gen Ex VALDESIO GUILHERME DE FIGUEIREDO

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – As mensagens lidas vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

Ofício nº 48 – GSRV

Brasília, 5 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estou reasumindo o meu mandato de Senador da República, como representante do Estado da Paraíba, a partir desta data.

Atenciosamente, – Senador **Ney Suassuna**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 151

Brasília, 5 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **João Henrique** deixa de participar na qualidade de Suplente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, por vinte minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, historicamente as trocas comerciais entre as nações configuram-se como um dos mais importantes instrumentos para o desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a humanidade. Além disso, de forma gradual, prepararam as bases daquilo que hoje, banalmente, chamamos de globalização, a fascinante tessitura de um mundo sem fronteiras, com sociedades multiculturais calcadas na diversidade e na interdependência.

Foi a produção de excedentes e uma quase inato interesse pelo escambo, seguindo-se a introdução e a regulação das práticas mercantis, aliados sempre ao espírito de aventura e descoberta, que empurraram os nossos ancestrais para o estabelecimento das primeiras rotas de comércio. De uma forma geral, tratava-se de complicados exercícios pioneiros que exigiam destemor e bravura, determinação e competência.

Desde então, ao longo do tempo, o jogo comercial internacional tem permitido uma série de avanços, traduzidos em benefícios substantivos para parte considerável das diversas sociedades.

No caso do Brasil, nunca é demais lembrarmos que foi apenas em meados do séc. XX que iniciamos nosso já então tardio processo de industrialização, capaz de permitir, em um primeiro momento, a chamada substituição das importações. Essa nova fase nos levaria, posteriormente, à arena mundial de comércio, elevando nosso País à condição de exportador, não apenas de matéria prima, como fomos por largos anos, na subalterna função de mero provedor de produtos primários, mas também, crescentemente, de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo duráveis.

Por muito tempo, e devido a distintas razões, vimos claudicando quando o assunto é exportação. Ora era a qualidade de nossos produtos que não seduzia ou cativava os mercados estrangeiros, ora era o denominado *custo Brasil*, isto é, a insidiosa carga tributária brasileira, que inibe a iniciativa e a indústria, somada ao perdulário modo de produção das muitas linhas nacionais.

Nos últimos anos da década passada, também um câmbio irreal e os flagrantes subsídios, bancados desavergonhadamente pelos países ricos em favor dos seus produtores, foram alguns dos alçozes de nossas metas de exportação, virtualmente capazes de dificultar o ingresso de dólares no País, o que permitiria o aumento de nossas reservas e a consolidação de uma balança comercial superavitária.

Em estudo publicado em outubro de 2001, no Boletim de Conjuntura, Marco Antônio Cavalcanti e Hamilton Kai, do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, registram que o desempenho de nossas exportações nos anos 90 foi decepcionante, na medida em que sua participação no mercado global não conseguiu sequer alcançar um por cento – isso na média mundial –, verificando-se que o ano de 1999, mesmo com o ajuste cambial, registrou o menor valor em mais de três décadas.

O estudo reforça ainda a tese de que o débil desempenho da última década pode ser creditado em boa medida à política cambial. Mas é claro que há a incidência de vários outros fatores que precisam ser explicitados, devidamente analisados e revertidos para que o Brasil consiga efetivamente aumentar as vendas externas.

Não podemos esquecer que nos últimos meses, não o Brasil ou o subcontinente no qual estamos situados, mas o mundo enfrenta o que a Revista **The Economist** sugeriu com a primeira recessão global. O desaquecimento da economia norte-americana a partir do final do ano 2000 somado aos problemas enfrentados por diversos países asiáticos, acabou comprometendo o desempenho da economia mundial.

No caso do América Latina, antes mesmo do triste colapso argentino, já vínhamos suportando uma série de sobressaltos e uma sensível redução na dinâmica da atividade econômica, o que implicou sucessivas revisões nas taxas de crescimento brasileiro, para ficarmos em um exemplo que nos é próximo e nos diz respeito.

Os números que vimos coletando desde o final do ano passado e os prognósticos de distintos analistas evidenciaram uma positiva alteração em nosso quadro exportador. Fechamos o ano 2001 com um superávit de US\$2,6 bilhões, o primeiro desde 1994, registrando um crescimento de 5.7%, frente ao ano de 2000.

Esperava-se, portanto, que um concertado esforço do Governo e do empresariado brasileiro permitiria uma alavancagem real no volume das exportações brasileiras, a fim de atingirmos a projeção de US\$5 bilhões neste ano, conforme estimativa do Governo Federal.

Ocorreu, então, nobres Colegas, o estabelecimento de tarifas extras para o aço importado pelos Estados Unidos. Essa sobretaxa, repudiada até pelos mais fiéis aliados do Governo daquele país, revela três aspectos que não podemos descurar:

- 1) A contradição entre o discurso e a prática, já que o Presidente George Bush sempre criticou o protecionismo;
- 2) A punição à eficiência, considerando-se que a indústria siderúrgica brasileira é hoje uma das mais competitivas e eficientes do mundo;
- 3) A atitude do Governo americano pode ter deflagrado uma onda protecionista que anule os esforços já feitos para reduzir as barreiras comerciais.

Segundo a Embaixada brasileira nos Estados Unidos, 60% dos produtos que exportamos para aquele país são afetados por restrições tarifárias indevidas ou não-tarifárias. Picos tarifários contrários às regras de livre comércio estabelecem sobretaxas às exportações brasileiras de açúcar, tabaco, suco de laranja e têxteis, principalmente.

A produção nacional de açúcar, carne bovina e soja, além do aço, apresentam competitividade bastante superior à dos Estados Unidos. Considerando-se a imposição de *salvaguardas e tarifas temporárias*, esses setores econômicos norte-americanos poderão se *reestruturar*. Essas são expressões recentemente empregadas pelo principal assessor do Presidente George Bush para assuntos de comércio e negócios internacionais – Roberto Zoellick.

Estudo realizado pelo Mercosul denuncia a existência de mais de 16 mil normas restritivas utilizadas pela Comunidade Européia, das quais mais de 4 mil constituem práticas não aceitas pela Organização Mundial de Comércio.

Por essas razões, não podemos dispensar uma ação cotidiana atenta e enérgica junto aos principais organismos internacionais que regulam as trocas, como é o caso em especial da OMC – Organização Mundial do Comércio, o que nos permitirá ingressar e freqüentar, com a regularidade requerida, os mais importantes mercados mundiais.

Somente assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estaremos garantindo a geração de mais riquezas para o nosso País, criando empregos, ampliando oportunidades e estendendo as perspectivas de uma vida melhor para milhões de brasileiros. Ademais, a contínua modernização de nosso pujante parque industrial, fazendo crescer a competição sadia que pode se traduzir em benefício para toda a sociedade brasileira e em exemplo para a comunidade internacional.

Faço esse discurso, quando outras vozes de diversos blocos de conglomerados econômicos também se levantam contra essas sanções impostas pelo governo norte-americano à importação do aço não só do Brasil mas de outras nações, o que prejudica violentamente as exportações brasileiras, já que o parque siderúrgico nacional se preparou para ganhar a competição com os diversos produtores internacionais.

Sr. Presidente, aproveito o tempo que me resta para saudar a comemoração ocorrida ontem do Dia Mundial da Saúde. No mundo, incluindo também o Brasil, houve várias manifestações nas diversas cidades. Algumas organizações não-governamentais, envolvidas com a melhoria da qualidade da saúde do povo brasileiro, vem, ao longo de muitos anos, procurando

estimular a sociedade brasileira no que concerne à atividade física, para banir, de uma vez por todas, a ociosidade.

Ontem, no Parque da Cidade, aqui em Brasília, tivemos a oportunidade de observar a assistência prestada por voluntários médicos, enfermeiros, paramédicos de maneira geral, organizações, escolas. Todos prestavam algum tipo de assistência: mediam a pressão arterial das pessoas e orientavam às que estivessem com início de hipertensão; realizaram coleta de sangue para um teste imediato de Diabetes **Melitus**, dando orientação àquelas que possuíam propensão e as que já estavam com a diabetes instalada. Todos esses casos são detectados nesses exames. Em São Paulo e no meu Estado, houve um grande movimento de prevenção ao câncer de colo uterino assim como o estímulo ao auto-exame de mama. Tudo isso fez parte da comemoração do Dia Mundial da Saúde.

Sr. Presidente, ao longo desses vinte ou trinta anos, o Brasil conseguiu avanços substanciais no atendimento médico, hospitalar e preventivo para sua população. Destaco que a ação mais importante foi a multivacinação das crianças no Brasil, que levou à erradicação de doenças como a poliomielite ou a paralisia infantil, com a ajuda do grande cientista Dr. Alberto Sabin. Casado com uma brasileira e que esteve aqui inúmeras vezes até convencer as autoridades brasileiras de que era possível erradicar a poliomielite em nosso País. Graças a Deus, com os conselhos do Dr. Sabin, há alguns anos não se registra nenhum caso de paralisia infantil, um mal terrível que aniquila, deixa seqüelas e aleija pessoas, sobretudo crianças, que deveriam ser muito sadias e bonitas. Doenças como a varíola, o sarampo, a meningite e a difteria já estão praticamente erradicadas ou em fase de erradicação.

Por outro lado, observamos o descuido de algumas autoridades. No Rio de Janeiro, por exemplo, há alguns anos, milhares de agentes comunitários de saúde ficaram sem emprego. Tive a oportunidade de ouvir os protestos dos Parlamentares do Congresso Nacional, das duas Casas. Tudo parecia sob controle, poder-se-ia dispensar o trabalho daquelas pessoas que promoviam a saúde nos próprios lares. O resultado foi que tivemos a maior epidemia de dengue dos últimos anos, sobretudo no Rio de Janeiro, que causou só naquele Estado, seguramente, embora as estatísticas não afirmem, mais de uma centena de mortes. A dengue se espalhou também por todo o nosso País.

Evidentemente, o surto de dengue, pelas próprias condições climáticas, meteorológicas, haverá de ser arrefecido agora. Houve uma grande campanha

de esclarecimento sobre a questão de se manter água limpa, estagnada, em reservatórios, que alcançou uma parte substancial do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de louvar sobretudo algumas entidades não-governamentais que se preocupam com a saúde do povo brasileiro e de dizer que, entretanto, os recursos ainda são poucos para a área de saúde.

Aproveito para fazer um apelo aos Srs. Parlamentares: que desobstruam a pauta da Câmara dos Deputados a fim de que seja votada a proposta de emenda constitucional que trata da CPMF, havendo, assim, continuidade no seu pagamento, pois esses recursos, em sua maioria, são destinados à saúde. Se isso não ocorrer, corremos o risco de ver recrudescer várias enfermidades como a tuberculose, a malária – que ainda não foi muito bem cuidada, grassa pelo País e mata muito, sobretudo na Região Norte – e outras doenças como a lepra, doença de chagas e etc.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, devemos afirmar que houve avanço com relação à saúde brasileira.

Saúdo a todos pelo Dia Mundial da Saúde.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior por vinte minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR NABOR JÚNIOR QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, no último dia 22 de março, comemorou-se o Dia Mundial da Água, razão por que recebi honroso convite da Agência Nacional de Águas – ANA para comparecer ao importante seminário intitulado Água e o Pacto Federativo, levado a efeito no Itamaraty.

Estava ausente do País, a fim de participar em Casablanca, Marrocos, da Reunião Bianual do Comitê de Recursos Hídricos, patrocinado pelo Grupo Suez, sem qualquer ônus para o Erário. E aqui faço um parêntese, Sr. Presidente, para que fique registrado nos Anais da Casa que nem as passagens, nem diárias, nem despesas de qualquer natureza foram levadas a efeito pelo patrocínio quer do Senado, quer

do Governo Federal ou do Governo estadual, ou seja, não houve um centavo de dispêndio dos cofres públicos para essa viagem. Ao mesmo tempo, comitiva de que não fiz parte fez viagem similar ao Marrocos e foi contemplada por belíssima ironia da Imprensa. Por isso, Sr. Presidente, faço esse registro aqui da tribuna e já o fiz por escrito a V. Ex^a, conforme consta na Presidência do Senado. Pois bem, uma vez que não pude ir ao Itamaraty, fiz-me representar pela minha Assessoria Técnica no Painel sobre Águas Transfronteiriças e fiz esse merecido registro para espancar quaisquer dúvidas.

Por oportuno, devo colocar em relevo que o objetivo desse Comitê de Recursos Hídricos, o Comitê Mundial, é o de analisar, discutir, estudar e sugerir soluções para as grandes questões que envolvem os recursos hídricos de nossa época. Composto de 20 membros de nacionalidades diversas, são eles escolhidos "por suas competências profissionais", e "o ingresso de qualquer novo membro tem de ser apoiado pela maioria do Comitê e por Suez". Vale dizer, Sr. Presidente, que esse Comitê não tem a representatividade do País. Por exemplo, eu dele sou parte integrante não por que o Governo brasileiro ou qualquer órgão me tenha indicado para dele participar, mas, sim, em função dessa escolha entendidas por eles como competências profissionais ligadas à área. O mesmo ocorre com os demais 19 membros, que são de vários países: também eles não estão representando seus países; são procedentes deles, mas ali estão em função de seu mérito pessoal.

Como integrante do Comitê, estive presente a todas as sessões que ali se realizaram, de 14 a 17 de março, tendo participado especificamente do Painel sobre Administração de Recursos Hídricos em Regiões Transfronteiriças, onde apresentei o trabalho nos idiomas português e inglês intitulado Termos de Referência para o Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos nos Países Amazônicos, visando ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Bacia Amazônica.

Presentes ao Painel estiveram todos os grandes especialistas que formam o Comitê, cabendo destacar o Dr. Alfred Duda, hidrólogo, biólogo e sênior do Global Environment Facility, o conhecido GEF, que deverá visitar o Amazonas no próximo mês de agosto. Veja, Sr. Presidente, como uma reunião dessa natureza pode trazer frutos ao meu Estado: o Dr. Alfred Duda faz parte do GEF, ligado ao Banco Mundial, órgão que consegue financiar aqueles Estados com problemas sobretudo de recursos hídricos, poluição, esgotos, até mesmo de doenças tais como a malária, etc; consegui que o Dr. Alfred Duda vá a Manaus no

mês de agosto, onde verificará o problema de certos igarapés. Portanto, teremos um aliado no Banco Mundial por intermédio do GEF, para dar assistência maior à Capital do meu Estado, Manaus.

Ainda por oportuno, saliento que essa foi a segunda reunião do Comitê da qual tomei parte, uma vez que, na primeira, em Paris, em outubro do ano passado, também sem nenhum dispêndio para o Erário, ofereci o trabalho de minha autoria *Les Opportunités de Développement pour le Group Suez Lyonnaise des Eaux dans la Région de L'Amazonie*.

Essas ações que venho desenvolvendo junto a esse Comitê Assessor dão seqüência à Missão Técnica que empreendi, em outubro do ano passado, perante à Organização Meteorológica Mundial – OMM, com sede em Genebra, a convite do seu ilustre Secretário-Geral, Professor G. O. P. Obasi, tendo como componentes o Professor Arnaldo Setti, da minha Assessoria; o Doutor Augusto Athaide, Diretor-Geral do Inmet; o Professor Marcos Freitas, Diretor da Agência Nacional de Águas; o Professor Hélio Guerra, Superintendente da SIH/Aneel; a Doutora Pierina D'Amico, Coordenadora da OMM no Brasil; e Diplomata designado pelo Embaixador Celso Amorim, chefe da Delegação do Brasil em Genebra àquela época.

Merece registro que essa Missão Técnica resultou numa proposição de serem restabelecidas as ações de hidrologia, climatologia e gerenciamento de recursos hídricos dentro do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA, iniciadas em 1975, com o apoio da OMM, pelo Projeto de Hidrologia e Climatologia da Amazônia e pelo Seminário de Hidrologia e Climatologia realizado na minha cidade de Manaus, no ano de 1984, quando foi proposta e formatada uma Agenda Amazônica.

Por fim, Sr. Presidente, tal é a importância destas minhas informações – afastada a idéia de falsa modéstia –, conseguidas à custa de muitas dificuldades, superadas pelo denodo da minha Assessoria Técnica, que decidi publicar o que denominei *Dossiê da Missão Técnica à Organização Meteorológica Mundial – OMM*.

Louve-se, para tanto – e faço este registro, Sr. Presidente, porque é o mais justo possível –, o inestimável e decidido apoio do ilustre Primeiro Secretário, Senador Carlos Wilson, o qual, em breve, colocará a obra à disposição dos Membros desta Casa.

Era a manifestação que precisava trazer ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os Srs. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara, Mozarildo Cavalcanti e Mauro Miranda enviaram dis-

cursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, estou apresentando neste plenário um requerimento de pesar pela perda de um dos filhos mais queridos do meu Estado: o músico, historiador, memorialista, folclorista, poeta, professor e escritor Wilson Fonseca, o maestro Isoca: 89 anos de dedicação à arte, inspirando e formando gerações de novos artistas.

Casado com Rosilda Malheiros da Fonseca e pai de seis filhos, quase todos dedicados à música, Maestro Isoca morreu em Belém, no último dia 24 de março, mas foi sepultado em Santarém, a sua "Terra Querida", o município que ele não cansava de homenagear na forma que dominava magistralmente, a música. E foi com música e lágrimas que Santarém sepultou seu poeta maior, que era membro da Academia Paraense de Letras e da Academia Paraense de Música.

O maestro Paraense deixou um acervo de mil e quinhentas músicas inéditas. A obra musical do maestro soma vinte volumes, e destes apenas quatro foram publicados. Suas composições vão do popular ao erudito, incluindo valsas, toadas, modinhas, boleros, choros, foxes, tangos, marchinhas, sambas, frevos, maxixes, lundus e músicas para o sairé, a maior manifestação folclórica de Santarém. Na música erudita suas obras mais famosas são a abertura sinfônica "Centenário de Santarém", feita em 1948, e a "Cantata Nazarena".

Nascido em 17 de novembro de 1912, filho do maestro José Agostinho da Fonseca, Isoca inaugurou sua produção musical em 1931, com a valsa "Beatrice". Ao lado de outra personalidade da música no Pará, o maestro Waldemar Henrique, compôs, entre outras jóias do cancionário popular paraense, a inesquecível "Um poema de amor", que ganhou fama na voz do também santareno Odilson Matos. "Um poema de amor" hoje faz parte do repertório de todo seresteiro paraense que se preza e é música obrigatória nas festas realizadas em Santarém.

Como admirador do maestro Isoca, eu me solidarizo com os santarenos, com a Academia Paraense de Música, com a Academia Paraense de Letras e com todas as pessoas que reconhecem no maestro um dos pilares da cultura paraense, por essa perda irreparável.

Desejo, ainda, Sr. Presidente, tratar de um outro assunto que interessa a um grande número de brasileiros. Quero tratar com brevidade sobre a caderneta

de poupança, essa instituição tradicional e muito utilizada pelo pequeno poupador brasileiro.

A caderneta de poupança, como sabemos, é um produto financeiro que rende muito pouco a seus aplicadores. Tão pouco que, vez por outra, fala-se em mecanismos que possam lhe garantir melhor remuneração, tornando-a mais atrativa. Na comparação com outros investimentos do mercado financeiro, a poupança sempre está em último lugar em termos de rentabilidade, sendo a aplicação que rende menos entre as de renda fixa, que normalmente são as aplicações que abrem mão do ganho em favor da segurança.

As grandes atrações da caderneta de poupança têm sido sua simplicidade e sua segurança. Segurança, para o pequeno poupador, pois até o limite de 20 mil reais o Tesouro garante a aplicação em caso de inadimplência ou de falência do agente financeiro responsável pela caderneta. Nesse item, segurança, ainda não temos notícia de que o Governo pretenda fazer modificações em nome de alguma solução mais *engenhosa*. Mas a simplicidade da caderneta corre risco, caso vingue a proposta de mudança divulgada pelo Ministério da Fazenda. E com o fim da simplicidade, aproveita-se – pasmem! – para tornar a caderneta ainda menos rentável do que já é.

A mudança tem um motivo muito nobre, de alta relevância social, é claro! Quer-se retirar recursos do poupador da caderneta e transferi-los para os mutuários de financiamento da casa própria, de modo a tentar fazer deslanchar o novo modelo habitacional implantado no País, o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que até agora não se viabilizou, em razão das altas taxas de juro existentes no País. Isso seria feito mediante a cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos da caderneta de poupança, que hoje são isentos de taxaço. Segundo a proposta, o dinheiro arrecadado com os 20% de imposto de renda cobrado dos rendimentos da caderneta seriam canalizados para o mutuário da casa própria, não se sabe direito como. Falou-se em substituir a TR pelo IPCA na correção dos contratos imobiliários, mas uma fonte oficial apressou-se em negar a intenção, dizendo o óbvio, que o IPCA tem sido maior que a TR e que, portanto, não faria sentido a substituição.

Enfim, é tudo ainda muito obscuro, muito mal explicado. Mas nesse Governo, em muitas das vezes as mudanças acontecem assim; lança-se um balão de ensaio e a depender da reação da sociedade, vem a proposta concreta, pronta e acabada. Estão brincando com uma coisa séria, com a verdadeira instituição nacional que é a caderneta de poupança, utilizada, há décadas, pelos pequenos poupadores brasileiros e

também por médios poupadores, por ser esta a mais tradicional das aplicações financeiras. Há quem diga que a verdadeira motivação do Governo é transformar a caderneta numa aplicação financeira qualquer, com a mesma regra das outras, para, assim, derrubar a obrigatoriedade que hoje os bancos têm de aplicar parte dos recursos da caderneta em financiamentos habitacionais. E isso guarda certa lógica, pois o Governo, na época que instituiu o Proer, tratou de criar mecanismos que resultaram no abrandamento dessa obrigatoriedade, quando possibilitou aos bancos negociar com os Fundos de Compensação de Variação Salarial, os chamados FCVS. Resultou desse mecanismo, a redução ano a ano, dos investimentos em habitação, sobretudo àqueles voltados para a moradia popular. Mas esse é um assunto mais complexo e guardarei outro momento para tratá-lo.

Ao defender a cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos da caderneta de poupança, mesmo prometendo aumentar o juro que os aplicadores ganham como forma de compensar parte da tributação, o Governo não parece considerar que a queda da rentabilidade vá afugentar o aplicador. Assim, uma medida com a suposta intenção de aumentar os recursos para o financiamento da casa própria pode ter efeito contrário, diminuindo esses recursos. O Governo parece confiar que o pequeno poupador, sem outras opções de aplicação, ou por ignorância, aceitará passivamente essa mordida do Leão nos seus já poucos recursos. É repugnante que se reserve esse tipo de tratamento aos pequenos poupadores brasileiros!

Assim, sinto-me na obrigação de alertar a população brasileira para esta tentativa do Governo de *saltar* os recursos dos pequenos poupadores e desmoralizar a caderneta de poupança como investimento seguro para milhões de cidadãos; para cidadãos que, dada sua modéstia, não acompanham diariamente, como as autoridades econômicas o fazem, os índices das bolsas e dos mercados financeiros!

Chega de tratar com desdém o pequeno e os mais humildes no Brasil! Chega de forjar soluções criativas que se direcionam sempre a um endereço certo: os interesses dos grandes!

Era o que tinha a dizer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em março próximo passado fui convidado a participar do Seminário Temas Estratégicos da Água da América Latina e no Caribe: Agenda para a Ação.

Esse Encontro fazia parte da Reunião Anual das Assembléias de Governadores do Banco Interameri-

cano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos, que aconteceu na cidade de Fortaleza, capital de meu Estado, o Ceará.

No referido Encontro, apresentei um documento para a discussão, pontuando alguns dos temas mais debatidos na atualidade, a respeito das estratégias envolvendo recursos hídricos na América Latina e no Caribe, que solicito seja transcrito nos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

ÁGUA, AMÉRICA LATINA E CARIBE*

Lúcio Alcântara**

1. Quais são os problemas?

No mundo inteiro, em maior ou menor grau, observa-se uma escassez de água de boa qualidade, para abastecimento humano ou industrial. Essa escassez vem acompanhada de uma deterioração do meio ambiente, com conseqüências para a saúde humana e a biodiversidade.

Apesar de normalmente se considerar a água como um recurso abundante e gratuito, a água deve ser vista como um recurso escasso, pois menos de três por cento da água doce existente no mundo está disponível: o resto se encontra nas geleiras, nos pólos e no subsolo. Os lagos e rios correspondem a apenas 0,014% (quatorze milésimos por cento) de toda a água.

Em termos de abastecimento humano, considera-se que há escassez quando a disponibilidade é inferior a 1,700 m³ por pessoa. A média anual global de disponibilidade do recurso é de aproximadamente 7,400 m³ por pessoa, mas há, atualmente, 22 países cuja média de disponibilidade é inferior a 1,000 m³ por pessoa e 18 países com média inferior a 2,000 m³, por pessoa. Em 1950, os países que enfrentavam escassez crônica eram apenas 9; para o ano 2025, se forem mantidos os padrões atuais de produção e consumo, uma em cada três pessoas viverá em um dos 52 países que enfrentarão esta escassez. (Consejo Mundial del Agua, 1996.)

* Documento-Base para discussão no seminário TEMAS ESTRATÉGICOS DA ÁGUA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: AGENDA PARA A AÇÃO. Reunião Anual das Assembléias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Fortaleza(CE) 7 de março de 2002.

** Eleito Senador da República (1995-2003). Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (2001-2003).

Muitas regiões do mundo já atingiram o limite de aproveitamento da água, o que tem levado a uma superexploração dos recursos hidráulicos superficiais e subterrâneos, criando um forte impacto no meio ambiente. Além disso, a contaminação causada pelos efluentes domésticos e industriais, pelo desmatamento e pelas práticas de uso do solo estão reduzindo significativamente a disponibilidade de água utilizável.

Atualmente, um quarto da população do mundo, ou seja, 1,5 bilhões de pessoas, oriundas sobretudo dos países em desenvolvimento, já enfrenta uma forte escassez de água limpa. O resultado é que mais de dez milhões de pessoas morrem a cada ano em consequência de enfermidades transmitidas pela água.

É muito provável que, neste século que se inicia, a água venha a se tornar um recurso natural crítico em muitas partes do mundo, assim como o petróleo e a energia o foram na década de 70.

Portanto, o manejo eficiente deste recurso é fundamental no contexto de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, entendido este como uma gestão integrada voltada para o equilíbrio entre crescimento econômico, equidade e sustentabilidade ambiental.

2. Os problemas no Brasil

No Brasil, dentre os principais problemas de recursos hídricos, dois se destacam por seu enorme impacto social e pela pressão que exercem sobre o Governo no desenvolvimento de vultosos programas de investimento:

As Secas no Nordeste – Dos milhares de açudes construídos no Nordeste ao longo de um século, apenas algumas dezenas têm capacidade de regularização plurianual e são dotados de obras complementares de adução que permitem levar água para abastecimento de cidades e indústrias, bem como para irrigação. A sustentabilidade da ocupação do semi-árido depende de que essas estruturas hídricas sejam corretamente operadas e mantidas, e de que outras do mesmo tipo sejam construídas.

A Poluição dos Cursos d'água – Os rios próximos aos grandes centros urbanos no Brasil são poluídos porque as externalidades derivadas do não tratamento dos esgotos urbanos e industriais não têm sido internalizadas pelos agentes poluidores. Trata-se de uma situação de alta entropia, em que cada usuário tem grandes despesas com o tratamento da água poluída por usuários de montante, e diminutas despesas com o despejo, o que irá causar custos aos usuários de jusante. Para que se tenha uma idéia da gravi-

dade da situação, mais de 90% do esgoto urbano do Brasil é hoje lançado sem qualquer tratamento nos cursos d'água. As companhias de saneamento, em geral estaduais, sofrem maiores pressões de seus clientes para prover água e para afastar os esgotos das imediações dos domicílios. São benefícios – água e coleta de esgotos – apropriados individualmente. Por outro lado, as companhias não recebem pressões significativas para tratamento dos esgotos, uma vez que os impactos negativos são apropriados coletivamente.

O resultado é uma escassez que gera crescentes conflitos entre usuários: os que precisam da água para abastecimento humano ou animal, geração de energia, irrigação, navegação etc..

3. Causas

De uma maneira geral, a poluição e o desperdício dos recursos hídricos são o resultado de:

- Um marco legal fragmentado e, em alguns casos, antiquado;
- Utilização do recurso sem aplicar um conceito de ecossistema, que promove a solidariedade entre usuários e leve em conta os ecossistemas como usuários da água;
- Visão não integrada do manejo do recurso ao nível setorial e de bacia;
- Falta de conhecimento suficiente sobre a situação real da água na região;
- Falta de participação das populações locais afetadas diretamente.

No Brasil, os problemas de abastecimento de água nas áreas metropolitanas decorrem, fundamentalmente, de duas circunstâncias principais: (1) nas bacias hidrográficas de grande concentração urbana/industrial, a escassez decorre da poluição, na medida em que 90% do volume de esgotos domésticos, 70% dos efluentes industriais são lançados sem tratamento em nossos rios e 99% dos quase 90 milhões de toneladas/ano de resíduos urbanos são dispostos no solo na forma de aterros e lixões; (2) no domínio do semi-árido, a degradação da qualidade é agravada pelo clima, o qual gera insuficiência periódica das disponibilidades em face das demandas.

4. Princípios fundamentais norteadores de uma política equilibrada

O objetivo deve ser o de realizar uma gestão sustentável dos recursos, que, por um lado, melhore a qualidade de vida de muitas pessoas marginalizadas

pelo modelo econômico-produtivo global e, por outro, melhore a qualidade do meio ambiente deteriorado pela contaminação.

A partir de reflexões motivadas por inúmeros congressos, encontros e seminários atinentes à questão, bem como considerando os postulados emanados da conferência da água de Dublin (jan./92) e, ainda, as conclusões da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD/92), ficaram evidenciados alguns princípios fundamentais¹ que devem nortear qualquer processo de gerenciamento de recursos hídricos. Vejamos alguns:

- O acesso aos recursos hídricos deve ser um direito de todos;
- A água deve ser considerada um bem econômico;
- A bacia hidrográfica deve ser adotada como unidade de planejamento;
- A disponibilidade da água deve ser distribuída segundo critérios sociais, econômicos e ambientais;
- Deve haver a presença de um órgão central e normativo de um Sistema de Planejamento e Controle;
- A cooperação internacional deve visar ao intercâmbio científico e tecnológico;
- Quando os rios atravessam ou servem de fronteiras entre países, a cooperação internacional é indispensável;
- Os usuários devem participar da administração da água;
- A avaliação sistemática dos recursos hídricos de um país é uma responsabilidade nacional;
- Recursos financeiros devem ser assegurados para isso;
- Deve haver o estabelecimento de sistemas eficazes de avisos objetivando mitigar situações hidrológicas críticas;
- Deve haver um aumento sistemático da capacitação de recursos humanos objetivando a gestão da água.

À luz desses princípios e instrumentos, entende-se que, como regra geral, qualquer modelo de gestão que se queira implementar deverá estar embasado nos seguintes aspectos: uma política, uma organização sistêmica e os instrumentos para sua execução.

¹ Princípios enumerados no site do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na Internet.

5. Ações

5.1 Política de Gestão baseada em Bacias

Já há um consenso global de que a política de recursos hídricos precisa basear-se na gestão das bacias hidrográficas. É preciso planejar e gerenciar todo o uso da água e do solo a partir de uma perspectiva da bacia hidrográfica, levando em conta o valor intrínseco, cultural, ecológico e econômico dos bens e serviços gerados pelo ecossistema.

Tal abordagem implica o aperfeiçoamento de critérios de fixação de preços e a implementação de conceitos fundamentais como o do poluidor-pagador. O princípio do poluidor-pagador tem funcionado bem em outros países como a Alemanha, Espanha, França, Estados Unidos e Austrália, entre outros. A cobrança pelo uso de recursos hídricos, pactuada entre os próprios usuários e demais setores representados nos comitês de bacias, servirá para induzir cada usuário-poluidor a diminuir, por iniciativa própria, a sua carga poluidora. Poderá servir, também, para a adoção de mecanismos financeiros que permitam o aumento da participação privada no financiamento das estações de tratamento de esgotos.

5.2 Ordenamento institucional

O ordenamento institucional deve permitir a gestão dos recursos hídricos, levando em consideração os domínios e usos da água bem como as diversas organizações governamentais e não governamentais envolvidas com a questão hídrica. É importante que o Estado crie condições para que os usuários possam participar nas decisões sobre o uso do recurso, mitigando assim a possibilidade de conflitos. É importante também que o Estado estimule o intercâmbio de informações e tecnologias, com vistas ao aperfeiçoamento de todo o processo.

No Brasil, a Lei de Recursos Hídricos já prevê todo esse ordenamento institucional, com a criação de comitês de bacias e a agência reguladora.

5.3 Instrumentos para Execução da Política

Para manter atualizado um inventário de recursos hídricos e disponibilizá-lo amplamente, é preciso identificar fontes de informação sobre recursos hídricos para criação e utilização dessa informação ambiental de forma sistematizada e útil, avaliar o que já existe, sob o ponto de vista da oferta (caudais, precipitação, águas subterrâneas, qualidade) e da demanda (abastecimento, saneamento, pesca) e coletar dados hidrometeorológicos e hidrogeológicos para produzir balanço hídrico.

Explicitação dos conceitos relacionados com poluição. Em particular, é preciso fazer distinção entre:

- Poluição local crônica, atribuível a causas variadas, tais como lixões não controlados, resíduos de mineração e rejeitos industriais;
- Poluição local acidental, decorrente de vazamentos e disseminação de materiais químicos após um incêndio;
- Poluição crônica difusa, resultante sobretudo do uso de fertilizantes e pesticidas pela agricultura.

Criação e disseminação de indicadores de toda natureza. É preciso haver indicadores do "status" da água de superfície (que inclui uma avaliação ecológica² e química) e da água subterrânea³.

5.4 Cooperação internacional

A maior parte da população mundial vive em bacias compartilhadas, o que implica uma maior concorrência entre usuários.

Já existem muitas iniciativas destinadas a promover a gestão integrada das bacias.

Na Europa, por exemplo, existe a "Water Framework Directive" (WFD), que entrou em vigor em 22 de dezembro de 2000. Seu objetivo é o de substituir a legislação dispersa criada pelos diversos países europeus ao longo dos últimos 25 anos e introduzir um novo modelo de gerenciamento de águas, baseado no gerenciamento integrado das bacias hidrográficas da Europa. Espera-se conter a deterioração das águas e alcançar o denominado "status bom" para todos os cursos d'água. A legislação almeja introduzir uma utilização mais racional dos recursos, reduzir os custos de tratamento de água e aumentar a utilização das águas para fins de lazer.

Trata-se de um "marco regulatório" cujo objetivo é o de promover uma abordagem comum ao setor, propondo princípios, definições e medidas básicas que criarão condições propícias para a proteção e o uso eficiente dos recursos hídricos ao nível local. Os mecanismos e as medidas específicas necessárias à implementação serão definidos pelas autoridades competentes nacionais, regionais, locais ou do equivalente ao comitê de bacia.

² A Avaliação ecológica mede a qualidade da estrutura e do funcionamento dos ecossistemas aquáticos. Essa avaliação é realizada com base numa combinação de elementos biológicos como, por exemplo, a diversidade de organismos presentes, elementos hidromorfológicos, e elementos físico-químicos, tais como temperatura e oxigenação. A avaliação química é uma medida de poluição.

³ a água subterrânea é avaliada em termos de seu "status" químico e de seu "status" quantitativo.

Existe, também, uma proposta da União Mundial para a Natureza (UICN), datada de março de 2000, intitulada Visão de Água e Natureza, que contém um plano de execução em âmbito global e atividades pontuais em regiões geográficas específicas. Também neste caso, a proposta baseia-se no manejo dos ecossistemas nas bacias hidrográficas, na participação dos usuários na tomada de decisões, na harmonização de interesses múltiplos, no desenvolvimento de ferramentas econômicas e financeiras que promovam o bom manejo dos recursos hídricos, no compartilhamento dos conhecimentos e das tecnologias, e num programa educativo que aumente a consciência da população quanto ao valor da água.

O procedimento adotado prevê oito etapas:

- Desenho do projeto, que incorpora uma avaliação das ameaças e oportunidades da bacia ou microbacia;
- Avaliação detalhada da bacia, usando um conjunto de indicadores ambientais, sociais e econômicos;
- Criação de foro para participação efetiva dos principais agentes e usuários;
- Elaboração de plano participativo onde são estabelecidas as metas, os objetivos e as ações a serem tomadas na bacia;
- Adoção de intervenções rápidas e diretas para resolver problemas críticos e gerar confiança;
- Implementação, baseada numa parceria entre setor privado e público;
- Acompanhamento e verificação de cumprimento das ações previstas;
- Ajustes ao projeto com base na evolução do projeto.

No continente americano, há o Plan Centroamericano para el Manejo del Agua (PACADIRH) e as atividades do Global Water Partnership. Há que se reconhecer, contudo, que, nos países em desenvolvimento, o regime jurídico que regula o uso e a conservação das águas compartilhadas costuma ser ambíguo, posto que há uma virtual ausência de regulamentação. Nos países mais desenvolvidos, já foram desenvolvidos regulamentos, metodologias e tecnologias variadas que permitem uma melhor gestão da água. Isso não se deve ao fato de esses países serem mais precavidos, e sim ao fato de que seus problemas de contaminação começaram mais cedo, ainda nas décadas de 60 e 70.

6. Rumos Futuros e Desafios:

– **saneamento**: aumento da eficiência e cobertura dos serviços, inclusive em zonas rurais e áreas mais pobres.

– água subterrânea

Regra geral, a água subterrânea não necessita ser tratada para ser consumida, como acontece com as águas dos rios, tendo em vista ser naturalmente filtrada e purificada, muito além do que se poderia obter por meio do processo usual de tratamento. Como resultado, a utilização do manancial subterrâneo é relativamente muito mais barata, sobretudo quando 90% dos esgotos e 70% dos efluentes industriais são lançados sem tratamento nos rios. Portanto, as exigências de qualidade das empresas, que estão sendo feitas pelo "Mercado Global" (ISO 9000, ISO 14000), inclusive das empresas de saneamento, e a Lei Federal nº 8.987 de 13/02/95, representam boas perspectivas de incremento no uso do manancial subterrâneo para abastecimento urbano no Brasil. A qualidade das águas subterrâneas é tão boa quanto a sua quantidade, podendo abastecer cerca de 70% das cidades do Brasil.

Tendo em vista estas características e a importância das reservas do manancial subterrâneo, na Primeira Conferência Mundial da Água, realizada em Mar del Plata, 1977, concluiu-se que cerca de 70% das cidades carentes de água potável no Terceiro Mundo poderiam ser abastecidas de forma mais barata. Não obstante, durante a Década Internacional da Água Potável e Saneamento – 1980/90 –, pouco progresso foi feito neste sentido, continuando-se a privilegiar os projetos cada vez mais caros de captação e tratamento da água dos rios e lagos cada vez mais poluídos pela disposição inadequada dos resíduos urbanos/industriais e despejo de efluentes não tratados. Entrementes, a utilização do manancial subterrâneo apresentou um crescimento exponencial no Primeiro Mundo.

Contudo, não havendo controle ou fiscalização das condições de uso da água subterrânea, aos níveis federal ou estadual, fica difícil caracterizar a sua participação atual como fonte de abastecimento no Brasil. O levantamento feito junto às Companhias de Saneamento Básico mostra que o manancial subterrâneo é utilizado a título precário para abastecimento público nas cidades de São Luis-MA, Natal-RN, Mossoró-RN, Maceió-AL, ou como recurso complementar na maioria das áreas metropolitanas, em particular Manaus-AM, Belém-PA e Recife-PE (Rebouças e Me-

nezes, 1989). Nos Estados de São Paulo e Paraná, mais de 70% das cidades já são abastecidas por poços (Rebouças – em ABAS, 1996).

A importância do manancial subterrâneo não deve ser vista como uma panacéia, pois é o uso conjunto – águas superficiais e subterrâneas – que tem proporcionado os melhores resultados, tanto em termos de quantidade, qualidade ou de custos. Este gerenciamento integrado deve ter como objetivo principal abastecer de forma eficiente – quantidade, qualidade e custos – a população em apreço. Neste caso, os aquíferos podem desempenhar variadas funções, tais como de produção, estocagem e regularização, filtro natural, controle da interface marinha e assim por diante, com recarga artificial, inclusive.

– Serviços locais

A Lei Federal nº 8.987, de 13/02/95, estimula os municípios a reassumirem os seus serviços de saneamento básico, cedidos compulsoriamente, por vezes, às empresas estatais. Nos termos desta lei o município pode, sem constrangimento político-partidário, assumir diretamente os serviços de água e esgoto ou dar em concessão a quem interessar, inclusive à iniciativa privada. Surge desta situação uma grande perspectiva de utilização do manancial subterrâneo, na medida em que este representa a alternativa mais barata e mais adequada de abastecimento de 70% das nossas cidades.

– Medidas para conter a poluição difusa

É preciso haver uma estratégia para proteger os mananciais, as áreas de captação de águas e as águas subterrâneas da contaminação difusa decorrente de práticas indevidas na agricultura. Em muitos casos, haverá a necessidade de a) cavar fossos e trincheiras e/ou plantar cercas vivas para conter a erosão e vazamentos; b) adotar novas práticas agrícolas; e c) usar determinadas terras para pasto ou reflorestamento ao invés de agricultura.

– Projetos educativos

Mecanismos para educar a população quanto à importância do uso racional da água e da preservação dos ecossistemas.

Projetos educativos, atividades universitárias de pesquisa e ensino, campanhas publicitárias, debates, etc., constituem elementos de uma estratégia educativa para a sociedade, voltada para a valorização da água como recurso natural. A verdadeira educação começa na família e na escola primária.

⁴ ABAS – Associação Brasileira de Águas Subterrâneas.

– Armazenamento de água

A maioria dos especialistas afirma que uma porção importante da demanda mundial de água durante o século XXI deverá ser atendida mediante um aumento da capacidade de armazenamento da água. Isso se aplica, em particular, aos países monçônicos da Ásia e os países em desenvolvimento das zonas tropicais e semi tropicais.

De uma maneira geral, existem três possibilidades para o armazenamento da água a longo prazo: em lençóis aquíferos subterrâneos, em açudes médios e pequenos, e em grandes represas. Pesquisas realizadas pelo Instituto Internacional para el Manejo del Agua indicam a necessidade de contar com sistemas adicionais de armazenamento da água e propõem o uso de uma série de combinações inovadoras de instalações pequenas, médias e grandes, e de sistemas de recarga das camadas aquíferas subterrâneas. A escolha da melhor combinação de formas de armazenamento depende de uma série de fatores, tais como as necessidades específicas de água na zona em questão, a topografia, a hidrologia e a existência de lençóis aquíferos adequados para o armazenamento da água.

– Represas

Rever projetos de desenvolvimento que prevêm em grandes reservatórios. O **World Wildlife Fund** (WWF) acredita que os governos deveriam considerar a possibilidade de suspender o funcionamento de reservatórios que não estão bem do ponto de vista econômico, social ou ecológico. Devem, também, examinar formas alternativas de atender às necessidades de água e energia, que não pressuponham grandes reservatórios.

– Regulamentação internacional

O WWF acredita que os governos precisam lidar imediatamente com a questão da retirada insustentável e não regulamentada de águas de rios internacionais. Acredita-se que a criação de programas como o Integrated River Basin Management (IRBM) para todos os principais rios internacionais ou transfronteiriços irá amenizar os conflitos em torno do uso das águas. Irá, também, assegurar que a água seja usada prioritariamente para usos humanos básicos. Só num segundo estágio a água seria usada para a agricultura ou a indústria.

– Cooperação tecnológica

O IMTA está formulando uma política de cooperação internacional que sirva como plataforma para promover a pesquisa, o intercâmbio de tecnologias,

métodos de trabalho e experiências surgidas a partir da necessidade de atender problemas prioritários nacionais nas áreas de irrigação e drenagem, hidráulica, hidrologia, qualidade da água, impacto ambiental, comunicação, participação e formação de recursos humanos.

A propósito dos programas atualmente desenvolvidos no Brasil, segue texto em anexo, reproduzido quase que integralmente a partir do site da Agência Nacional de Águas na Internet.

Programas e projetos sobre recursos hídricos

São inúmeros os programas e projetos, implementados, em implementação ou em formulação, na área de gestão dos recursos hídricos no Brasil. Boa parte desses programas se desenvolve sob coordenação direta dos estados interessados. No entanto, privilegia-se, neste documento, a apresentação dos mais importantes programas e projetos desenvolvidos sob coordenação do governo federal, que, por princípio, são as intervenções de natureza mais abrangente. Destaca-se, também, a apresentação das intervenções financiadas pelos organismos multilaterais de cooperação técnica.

Muitas das ações empreendidas pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outras agências de governo estão direcionadas ao aumento da oferta de água bruta nos corpos d'água em quantidade e qualidade adequados. A SRH/MMA tem, em suas atividades, observado os níveis de gestão governamental no que se refere a formulação, implementação e execução de políticas de recursos hídricos, delimitando, conforme a Lei das Águas, o papel do Estado no mínimo indispensável para que possa prestar um serviço eficiente e eficaz. A sua proposta do Plano Plurianual de Ações (PPA) 2000-2003 está, inclusive, sendo fundamentada numa metodologia de planejamento de ações que evidencia e mede os benefícios gerados para a sociedade pelos programas governamentais. Muda o foco dos controles que hoje está basicamente sobre o orçamento (meio) para o resultado das ações (fim). A instituição passa a ser avaliada não mais pelo percentual de realização orçamentária e sim pelos benefícios que suas ações geram para a sociedade. Dentre as principais medidas adotadas no âmbito federal, destacam-se:

- O Programa Proágua Semi-Árido, que visa à ampliação da oferta de água de boa qualidade para o abastecimento humano no semi-árido

brasileiro. Em 1997, concluíram-se as atividades de estruturação do programa, bem como sua viabilização junto aos organismos financeiros. Ainda em 1998, estarão concluídas as negociações com o Banco Mundial, o que permitirá a assinatura de acordos com os governos estaduais para o início da operacionalização do programa. No momento, procede-se à consolidação dos instrumentos de implementação e à preparação de projetos para a implantação de oito obras prioritárias.

- De características semelhantes, porém com áreas de atuação distintas, o Programa Proágua Nacional começou a ser formulado em 1996 e hoje se encontra inserido no conjunto de programas do Brasil em Ação. Sua atuação também se destaca em trabalhos na área de prevenção e controle de enchentes. Ao longo de 1997, foram realizados investimentos que deverão beneficiar cerca de três milhões de pessoas nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Santa Catarina. Paralelamente, executam-se obras de dragagem, além de retificação e canalização de cursos d'água.
- O Projeto Água Boa, que busca aumentar a disponibilidade de água potável, principalmente, para o atendimento das comunidades da região semi-árida do Brasil, tem por base técnica a dessalinização de águas salobras dos poços profundos com a utilização do processo de osmose inversa.
- O Programa de Conservação e Revitalização dos Recursos Hídricos, que visa a contribuir com o controle da poluição dos recursos hídricos e, conseqüentemente, melhorar a disponibilidade de água em quantidade e qualidade em várias bacias no Brasil, está sendo implementado pela SRH. O objetivo geral desse programa é proporcionar a revitalização, onde se fizer necessária, e a conservação, onde for ainda possível, dos recursos hídricos como um todo, sob a ótica do ciclo hidrológico, através do manejo dos elementos do meio físico e biótico, tendo a bacia hidrográfica, prioritariamente a de captação, como unidade de planejamento e trabalho.
- O Pró-Saneamento tem como objetivo o aumento da cobertura de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos urbanos, além da ampliação dos níveis de eficiência dos pres-

tadores de serviço. Dentro desse programa, a modalidade Esgotamento Sanitário destina-se ao aumento da cobertura e/ou ao tratamento e destinação final adequados dos efluentes. A modalidade Resíduos Sólidos destina-se ao financiamento de obras para aumento da cobertura dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos. Ainda inserida no programa, existe uma medida de incentivo à modalidade Esgotamento Sanitário, em que a taxa de juros é inferior às das demais modalidades do programa.

- O PQA – Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica – tem por objetivos gerais apoiar técnica e financeiramente a preparação de programas de investimento destinados ao saneamento ambiental em bacias hidrográficas que apresentem elevado nível de comprometimento, destacadamente em áreas de grande densidade urbana e intensa dinâmica produtiva. Trata-se de uma iniciativa de caráter inovador, pautada pela conjugação de esforços simultâneos, na busca de soluções que levam em consideração: i) intervenções físicas, desenhadas sob uma perspectiva sistêmica e multidisciplinar, capazes de promover a recuperação e a proteção da qualidade do meio ambiente e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida das populações que habitam regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas importantes no contexto nacional, segundo equações de menor custo e máximo benefício ambiental; ii) arranjos institucionais, capazes de propiciar uma gestão sustentada nas bacias hidrográficas, inclusive mediante o desenvolvimento de instrumentos econômicos de gestão do meio ambiente e dos recursos naturais.
- O PROGEST – Programa de Apoio à Gestão dos Sistemas de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos – objetiva apoiar a implantação de uma política de âmbito nacional para o setor de resíduos sólidos urbanos, voltada ao equacionamento dos problemas de coleta e disposição final. Suas ações beneficiam, entre outros, os municípios situados nas áreas de proteção de mananciais, contribuindo, dessa forma, na prevenção da poluição ambiental e, portanto, indiretamente, auxiliam na conservação dos corpos d'água e no aumento da oferta de água em qualidade e quantidade adequadas à utilização.

- O PMSS – Projeto de Modernização do Setor Saneamento – constitui-se em um instrumento da Política Nacional de Saneamento visando ao reordenamento, à eficiência e à eficácia dos serviços de saneamento, adotando uma estratégia que consiste sobretudo em induzir a eficiência dos operadores públicos, e estabelecer e induzir a participação de empreendedores e operadores privados. Essas ações de reordenamento seriam basicamente representadas pela assistência técnica do governo federal visando à criação de marcos regulatórios, modelos de gestão e para a melhoria da eficiência da prestação de serviços. Os marcos regulatórios vão estabelecer padrões de qualidade para a prestação de serviços, englobando a adequada utilização dos recursos hídricos para o abastecimento de água, assim como a qualidade dos efluentes lançados nos corpos receptores. O componente Investimento atua através de ações diretas de reabilitação, otimização e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários.
 - O PASS – Programa de Ação Social em Saneamento – está voltado para a implementação de projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e destinação de resíduos sólidos nas áreas de maior concentração de pobreza nas grandes cidades e nos municípios de pequeno e médio portes visando à melhoria da saúde e das condições de vida da população. Através das ações de esgotamento sanitário e coleta e destinação de resíduos sólidos, o programa atua diretamente no controle da poluição hídrica e, indiretamente, na conservação dos corpos d'água.
 - O PROSEGE – Programa de Ação Social em Saneamento – foi concebido e estruturado para gerar duplo benefício aos segmentos mais vulneráveis da população dos grandes e médios centros urbanos do país. Ao mesmo tempo em que viabilizou soluções temporárias de problemas críticos de desemprego, especialmente no setor de construção civil, com a execução de projetos de implantação/ampliação de sistemas de esgotamento sanitário, incrementou a cobertura de serviços de saneamento, com os conseqüentes efeitos favoráveis à saúde e à qualidade de vida das populações beneficiárias. O programa se desenvolveu no sentido de proporcionar a melhoria das condições de vida de populações de baixa renda, mediante investimentos em saneamento básico, preferencialmente em projetos com garantidas viabilidades ambiental, técnica, financeira e socioeconômica.
 - O Programa Prosanear prevê ações integradas em saneamento, envolvendo, entre outras, implantação e melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, afastamento de resíduos sólidos e microdrenagem, em áreas urbanas degradadas ocupadas por população de baixa renda, em cidades com mais de 50.000 habitantes. A prevenção da poluição e, conseqüentemente, a conservação e aumento da oferta de água nos mananciais da região, são alguns dos efeitos do programa ao se dar um destino final apropriado tanto para os esgotos como para os resíduos sólidos.
 - O Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água tem como objetivo geral promover o uso racional da água para abastecimento público, em benefício da saúde pública, do saneamento ambiental e da eficiência dos serviços. A estratégia do programa consiste em identificar e implantar um conjunto de medidas que revertam o quadro de desperdício identificado, a partir de ações e instrumento tecnológicos, normativos, econômicos e institucionais, concorrentes para uma efetiva economia de água.
- No que se refere a programas de despoluição vinculados a regiões metropolitanas, destacam-se três, entre os inúmeros existentes: o Pró-Guaíba, no Rio Grande do Sul, o Programa de Despoluição das Águas da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, em São Paulo, o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e o Programa Bahia Azul, na Bahia:
- O Programa Pró-Guaíba, desenvolvido pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, visa a melhorar as condições ambientais da bacia hidrográfica do Guaíba, a mais importante das três regiões hidrográficas do estado. Sua área de abrangência é de 85.950km² e está dividida em 8 sub-bacias: alto, médio e baixo Jacuí, Vacaraí, Caí, Sinos, Gravataí e Guaíba, equivalendo a 30% da área total do estado. O Pró-Guaíba alcançará mais de 251 municípios responsáveis pela geração de 86% do PIB gaúcho e onde vivem 2/3

da população do Rio Grande do Sul. O objetivo geral do programa é criar as condições necessárias para o desenvolvimento racional dos recursos naturais, recuperação da qualidade ambiental nas áreas urbanas e rurais, bem como executar o manejo ambiental sustentado da produção agrícola, pecuária, florestal e industrial. O Pró-Guaíba levará de 15 a 20 anos para atingir suas metas, processo esse orientado por um Plano-Diretor de Controle e Administração da Bacia, com finalidade de apoiar as estratégias de manejo estabelecidas conforme diagnóstico apresentado pelos técnicos responsáveis pelos estudos iniciais. O investimento estimado para intervenção em toda a bacia é de US\$1 bilhão. O primeiro módulo, com previsão de término em julho de 1998, perfaz o montante de US\$220,50 milhões, contando com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (60% do total dos custos), e com contrapartida do governo do estado e de governos municipais (40%).

- O Programa de Despoluição das Águas da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê constituiu a primeira etapa do Programa de Despoluição Industrial, desenvolvido pela CETESB, em São Paulo. Remonta ao início da década de 90, quando a CETESB efetuou o diagnóstico das fontes de poluição das águas do alto Tietê, tendo sido estimado que os rios da bacia recebiam, aproximadamente, a carga orgânica de 1.100 toneladas de DBO/dia e 5 toneladas/dia de carga inorgânica, refletindo a poluição por metais, cianeto e fluoreto. As indústrias eram responsáveis pela emissão da carga inorgânica, além de 1/3 da carga orgânica lançada na bacia, sendo o restante da carga orgânica originada pelos esgotos domésticos gerados por 34 municípios da região metropolitana de São Paulo.
- Foram selecionadas 1.250 empresas que emitiam, no início do programa, 369 t DBO/dia e a carga inorgânica de 4,7 t/dia. Em agosto de 1995, a Primeira Etapa do Programa de Despoluição Industrial foi considerada cumprida, quando 1.168 indústrias atendiam aos padrões legais de emissão, havendo uma redução na carga inorgânica de 3,5 t/dia, bem como uma redução de 219 t DBO/dia nas emissões poluidoras industriais. As atividades de controle da poluição industrial têm tido con-

tinuidade, o que permitiu que, em junho de 1997, se verificasse que 97,60% das indústrias tinham implantado planos de controle e obtido avaliação demonstrando o atendimento aos padrões legais de emissão, outros 1,84% implantaram sistemas de tratamento, os quais se encontravam em aferição (não atendiam aos padrões de emissão), enquanto apenas 0,56% das empresas estavam implantando seus planos de controle. Verificou-se, ainda, redução da carga inorgânica remanescente de origem industrial da ordem de 77%, além da diminuição de cerca de 60% na emissão remanescente da carga orgânica das indústrias incluídas na Primeira Etapa do Programa de Despoluição Industrial.

- O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) foi estabelecido pelo governo do estado do Rio de Janeiro, com o apoio financeiro do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e do The Overseas Economic Corporation Fund (OECF), com o objetivo principal de atender às necessidades prioritárias nas áreas de saneamento básico, abastecimento de água, coleta e destinação final de resíduos sólidos, drenagem e controle e monitoramento do meio ambiente. A filosofia básica do programa é dar início a um processo de recuperação do meio ambiente da região. O programa é constituído por um conjunto de ações multidisciplinares compreendendo obras, bens e serviços, que abrangem os seguintes componentes e órgãos envolvidos: a) Saneamento; b) Macrodrenagem; c) Resíduos Sólidos; d) Programas Ambientais Complementares; e) Mapeamento Digital.
- Custo total previsto para o programa é de US\$ 793 milhões, dos quais US\$350 milhões financiados pelo BID, US\$237 milhões pela agência de fomento japonesa OECF e US\$206 milhões pelo governo do estado, como contrapartida aos empresários. Salienta-se que o custo total atual do programa é de US\$862 milhões, devido ao acréscimo na contrapartida conforme distribuições dos recursos atuais.
- Com sua implantação, espera-se uma significativa recuperação da pesca comercial, melhoria dos padrões de balneabilidade em praias do interior da baía, atenuação da interrupção das atividades socioeconômicas decorrentes da incidência de enchentes, redução da ocorrência dos casos de doenças de veicula-

ção hídrica e diminuição do processo de assoreamento das calhas dos rios e do fundo da baía. Propiciará, entre outros benefícios, a coleta e tratamento de 6,9m³/s de efluentes sanitários, com a construção de cinco novas estações de tratamento de esgotos e assentamento de cerca de 1.200km de redes coletoras, além de 6,8km de emissários terrestres e submarinos, 28 estações elevatórias e 139.000 ligações domiciliares. Será melhorada a oferta de água na Baixada Fluminense e São Gonçalo, com a construção de 10 reservatórios, 452km de redes distribuidoras, 16km de adutoras e 45.900 ligações domiciliares, além da aquisição de 525.000 higrômetros. Além disso, sete municípios serão contemplados com melhorias nos sistemas de coleta e destinação final para 700 t/dia de lixo, através da implantação de usinas de reciclagem e compostagem, aquisição de veículos e equipamentos de coleta, além do controle e tratamento de chorume através da recuperação de aterros sanitários existentes. Prevê-se, ainda, a atenuação de enchentes, através de obras de drenagem e retificação de cursos d'água. No que se refere aos programas ambientais associados, ressalta-se a recuperação e aprimoramento da qualidade ambiental da região metropolitana do Rio de Janeiro, através de vários projetos de controle de poluição industrial, monitoramento da qualidade ambiental, programa de educação ambiental e melhoria da capacitação das instituições envolvidas, reduzindo a carga poluidora gerada pelas indústrias em 90% (carga orgânica), 97% (carga tóxica) e 70% (óleos e graxas de terminais petrolíferos e postos de serviço).

• O Programa Bahia Azul beneficia diretamente a cidade de Salvador, na Bahia, e 11 municípios que se encontram em seu entorno, ao longo da baía de Todos os Santos. Envolve cinco componentes, a saber: a) abastecimento de água; b) esgotamento sanitário; c) resíduos sólidos; d) desenvolvimento institucional; e) educação ambiental. Envolve projetos de engenharia e de articulação institucional nas áreas referidas e terá benefícios que atingirão uma população superior a 2 milhões de habitantes. Entre esses benefícios destacam-se: geração de emprego e renda; aumento da arrecadação tributária; melhoria das condições sanitárias; redução do número de doenças de

veiculação hídrica; melhoria das condições de vida da população etc., além dos seguintes benefícios ambientais: recuperação ambiental dos corpos d'água receptores, incluindo rios e praias urbanas; coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos; fortalecimento institucional do órgão ambiental estadual; ampliação de estação de redução de carga orgânica de esgotos; complementação do interceptor de Camurugipe, entre outros. O programa envolve, no período 1996/2000, recursos da ordem de US\$600 milhões, financiados pelo Banco Mundial, BID e OECF. A contrapartida nacional é garantida por recursos provenientes do governo do estado da Bahia, da Caixa Econômica Federal, por meio de três outros programas, alguns deles já referidos anteriormente: Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos, Programa de Modernização do Setor de Saneamento e Projeto Metropolitano de Resíduos Sólidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é legítimo que haja divergências a respeito das questões de Estado. Cada cidadão ativo, que pensa politicamente a Nação, tem sua idéia sobre os problemas nacionais. Cada um tem sua concepção do papel que o Estado deveria desempenhar e de onde deveria ser traçada a fronteira entre o público e o privado. É natural também que os cidadãos comuns e que os políticos busquem contato com outras pessoas que pensem de forma parecida e, de acordo com o critério da semelhança ideológica, se organizem em grupos e partidos políticos.

Quanto ao papel do Estado na economia, por exemplo, alguns grupos mais à esquerda do espectro ideológico consideram que toda vez que o setor público chama para si a responsabilidade pela administração direta de setores produtivos, isso é um avanço para a sociedade. Para outros grupos mais à direita, muitos deles com origem na própria esquerda, a presença excessiva do Estado na economia dificulta, onera e sufoca o bom funcionamento da produção de bens e serviços, o que, no final das contas, é fator de empobrecimento para toda a sociedade. Na última década, no Brasil, tem predominado uma visão que reserva para o Estado uma atuação menos direta na economia, a qual passa a assumir função mais regulatória e fiscalizante.

Enfim, as divergências existem e, como diz o adágio, *cada cabeça, uma sentença*. Contudo, nessa

questão específica a respeito do comportamento do Estado na economia, há um ponto de convergência teórica, sendo poucos os que dela não comungam, que é a seguinte: a visão de que o Estado deveria cumprir papel ativo para a melhoria da distribuição de renda no Brasil. Pegue-se o liberal mais empedernido em termos econômicos, consulte-se o político que mais suspeitas mantém sobre a atuação do Estado, e mesmo esses não hesitarão em dizer que, no Brasil, é necessário que o Estado promova melhor distribuição de renda. Pode haver divergência sobre a forma de se fazer isso, mas não sobre sua necessidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda haveria polêmica, a depender das preferências ideológicas e da opinião de cada um, sobre a melhor composição do gasto público que pudesse levar, da forma mais eficaz e mais rápida, a melhor distribuição de renda. Alguns privilegiariam os gastos em bens e serviços que pudessem levar os mais pobres à emancipação da dependência do Estado e que, no futuro mais breve possível, lhes permitiriam, com seu trabalho, criar sua própria renda, como são os gastos com educação, saúde e alimentação. Outros prefeririam eliminar intermediários e conceder recursos financeiros, de forma direta, aos necessitados, caso dos programas de renda mínima.

Então finalmente chego ao ponto a que queria chegar. Um ponto óbvio: o de que, para melhorar a distribuição de renda, independentemente de se saber como se deve gastar o dinheiro público, é necessário que o Estado arrecade mais dos estratos mais ricos da sociedade e menos dos estratos menos ricos. Não há o que contestar aqui. Se o Estado brasileiro continuar a fazer o que parece estar fazendo até hoje, que é retirar mais de quem tem menos; então, obviamente, a distribuição de renda no Brasil vai piorar cada vez mais, a cada dia.

Referi-me, de propósito, e não por eufemismo, aos estratos *menos ricos* da sociedade, em vez de dizer *mais pobres*. Pois quero hoje, aqui, trazer um exemplo – conhecido, aliás, por todos – da injustiça tributária brasileira, um exemplo que tem a ver com o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que é imposto que os mais pobres entre os mais pobres da sociedade não pagam, embora o paguem, e de forma pesada, os estratos *menos ricos* da sociedade, ou seja, setores de classe média com emprego formal.

Uma reportagem de jornal dá-me a oportunidade de trazer o exemplo à consideração dos Senhores Senadores. Intitulada *Imposto do Salário sobe 54%; de Bancos, 12%*, foi publicada na **Folha de S. Paulo** do dia 9 de março último. Como o título já diz, a repor-

tagem estabelece uma comparação; comparação entre o aumento da arrecadação da Receita Federal obtido, por um lado, do setor financeiro e, por outro lado, do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Isso, no período de oito anos, entre 1994 e 2001. Cumpre dizer, aliás, que a comparação foi extraída de estudo da própria Receita Federal. Os números exatos são os seguintes: a arrecadação do setor financeiro aumentou 11,77%,¹ enquanto a arrecadação com IRPF cresceu 53,6%!

Essa comparação, Senhor Presidente, é específica, é localizada, naturalmente está longe de abranger o sistema tributário brasileiro como um todo, nada diz dos impostos indiretos não progressivos, nos quais se apóia fortemente nosso sistema e que ajudam a fazer dele um instrumento de concentração de renda, nada diz dessa infame CPMF; mas serve como ilustração da injustiça tributária na qual estamos imersos há tantos anos. Pois o setor mais rico da economia, que indiscutivelmente é o setor financeiro, em oito anos contribuiu com apenas 12% para o aumento – aliás, brutal – da carga tributária. (Devo dizer que o aumento da arrecadação total da Receita Federal, no mesmo período, foi de 43% em termos reais!²) E os assalariados brasileiros que pagam imposto de renda, que são basicamente aqueles de classe média com emprego formal, contribuíram com nada menos do que 54% para tal aumento de arrecadação!

Vê-se, assim, que a renda, no Brasil, vai, cada vez mais, se concentrando. Os que têm mais, pagam menos; os que têm menos, pagam mais. Enquanto a atitude do Governo é jogar todo seu peso político para, por exemplo, impedir a correção monetária da tabela do IRPF – o que acabou por conceder pela metade, após sofrer grande pressão política –; ficamos sabendo, por reiteradas reportagens de jornais, que há muitas instituições financeiras, grandes, que, por meio de planejamento tributário, conseguem deixar de pagar ao Fisco um único centavo! A assimetria é patente, e não deveria ser tolerada!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há o consenso que acredito que efetivamente haja, no sentido de que o Estado brasileiro deve cumprir papel ativo para a promoção de melhor distribuição de renda entre nós, então façamos por onde isso alcançar!

NOTAS:

1. IMPOSTO DO SALÁRIO SOBE 54%; DE BANCOS, 12%. Folha de S. Paulo, Folha Dinheiro, p. B1, 09.03.2002.

2. Idem.

Antes de qualquer discussão sobre a composição do gasto público melhor talhado para promover a distribuição de renda, envidemos esforços para impedir que a máquina arrecadadora do Estado continue a retirar mais recursos de quem tem menos, deixando os de quem tem mais à vontade. Não, isso não pode persistir!

Uma avaliação política realista indica que não é possível, ainda na vigência do atual Governo, promover uma reforma tributária ampla, duradoura e eficaz. Mas fiquemos a postos para que, tão logo assumo o poder o próximo Presidente, possamos lhe cobrar a coordenação e a iniciativa de conclamar os diversos setores ativos da sociedade brasileira para, em conjunto, elaborarmos um projeto de reforma tributária que vá ao encontro dos legítimos anseios do Brasil por justiça tributária!

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o advento do Plano Real, em meados de 1994, até hoje, algumas mudanças se fizeram sentir na economia brasileira, a começar da mais evidente delas, a brutal redução das altíssimas taxas inflacionárias. Todavia algo se mantém inalterado. É a dependência externa do Brasil, que causa grande instabilidade a nossa economia. E adianto logo que não sou daqueles que acham que o Brasil deva encerrar-se numa fortaleza e subtrair-se ao contato com o mundo. Não, pelo contrário. Num cenário em que, cada vez mais, os fluxos de riqueza e de prosperidade passam por maior integração mundial, seria deslavada loucura querer isolar o Brasil do comércio e dos investimentos estrangeiros. Temos de buscar mais contato, e não menos.

Refiro-me, isto sim, à face ruim e evitável da dependência. Evitável, sim, pois a dependência a que me refiro é resultado das características da macroeconomia brasileira, macroeconomia que é o que é em razão de decisões que tomamos hoje e que tomamos ontem, no passado. Não há fatalidade em economia. Há opções. Há organização e há desorganização. Há caminhos corretos e há caminhos errados. E cada um dos quais leva a determinado destino.

No que se relaciona à dependência, um fator fundamental, que a ilustra e que tem sido interminável fonte de problemas e de apreensão para o Brasil, é a dívida externa.

Sr. Presidente, a dependência externa do Brasil é histórica. Sem levar em conta o período mais remoto do Brasil Colônia e o período um pouco menos remoto anterior ao século XX, quando o País era mero

fornecedor de insumos agrícolas ao mercado europeu; o Brasil tem alternado momentos eufóricos de captação de poupança externa a juros relativamente baixos com momentos de crise do Balanço de Pagamentos, quando, em razão da conjuntura externa, escasseiam esses capitais. O custo político e social dessa vulnerabilidade externa, não é necessário dizer, tem sido enorme. Para falar de forma um pouco mais concreta, eu pergunto: Quantas e quantas vezes tivemos de manter as taxas de juro internas altas para captar divisas, de modo a fechar as contas externas? E quanto isso tem custado em termos de crescimento insuficiente, de quebra de empresas, de desemprego?

Já que estou, neste discurso, concentrando-me no setor externo brasileiro, quero fazer breve comentário sobre o perfil da dívida externa.

A dívida externa brasileira aumentou 62%, de dezembro de 1993 até dezembro de 2000. (Não vou considerar o ano de 2001, pois o dado, para esse ano, ainda não foi fechado.) Em dezembro de 1993, a dívida externa total era 145 bilhões de dólares. Em dezembro de 2000, 236 bilhões. Por sua vez, o aumento, no período, da dívida externa líquida, que é um indicador mais adequado, pois diminui da dívida externa total o montante das reservas internacionais, foi ainda maior, 70%: 119 bilhões em dezembro de 1993, e 203 bilhões de dólares em dezembro de 2000!

Todavia a composição da dívida externa modificou-se completamente no período. Antes do Plano Real, no final de 1993, 64% da dívida era de responsabilidade pública e 36% era de responsabilidade privada. Ao final de 2000, esse quadro é outro, tendo sofrido inversão: 40% de dívida externa pública e 60% de dívida externa privada. Nos sete primeiros anos de vigência do Plano Real, a dívida externa privada aumentou 174% e a dívida externa pública diminuiu 1%, em termos absolutos.² Isso se explica por vários fatores, alguns deles não triviais e sujeitos a controvérsia. Substituiu-se a captação de empréstimos externos públicos por atração de investimentos diretos como política para o financiamento do déficit em Transações Correntes; as grandes empresas brasileiras voltaram a captar dinheiro no exterior, em razão da melhora da imagem da economia brasileira, sendo obrigadas a isso pela abertura comercial e pelos altos juros internos; e outros fatores – não vou enumerá-los a todos.

NOTAS:

¹ NUNES FILHO, Petrônio Portella. Estudo n.º 204, de 2001. Consultoria Legislativa do Senado Federal, mimeo.

² BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Tabela V.1 — Balanço de Pagamentos. Banco Central do Brasil, janeiro de 2002, internet.

Contudo é forçoso reconhecer que, em termos de fragilidade do Balanço de Pagamentos, pouco importa se os encargos da dívida externa são de responsabilidade pública ou de responsabilidade privada. O fato é que a dívida externa total líquida, como disse, aumentou 70% em sete anos de Plano Real e há de se providenciar divisas para honrar os encargos dela. Assim, a fragilidade externa representada pelo incremento da dívida externa total certamente aumentou.

Outro dado relevante que importa saber e citar é a despesa que o Brasil tem tido com os juros da dívida externa. Para não sobrecarregar este discurso com estatísticas, vou ater-me aos dois últimos anos, 2000 e 2001. Em 2000, o País incorreu em despesa líquida de 14 bilhões e 600 milhões de dólares. Em 2001, o número foi parecido: 14 bilhões e 800 milhões de dólares.³

Façamos agora uma comparação simples e vejamos o que essa despesa representa em relação a alguns gastos sociais relevantes do Orçamento Geral da União. Como meu objetivo é ter noção aproximada dessa relação, utilizo a taxa de câmbio de 2,40 reais por dólar para converter valores em dólares das despesas com juros para reais, e poder comparará-los com os valores, em reais, do Orçamento.

Pois bem. Em 2001 — vou ficar apenas com o último ano —, a despesa com juros da dívida externa atingiu 35 bilhões 520 milhões de reais. Ora, tal montante é 8% superior ao que o País gastou, no mesmo ano, com Saúde, Educação, Reforma Agrária, Saneamento e Habitação, todos esses itens somados!⁴ Passem!, isso representa o total das despesas sociais do Governo Federal!, se excetuarmos a rubrica Previdência Social, que é conta especial, com financiamento próprio e vinculado. Não é pouca coisa! Importa dizer que, se o Brasil não tivesse as despesas que tem com juros da dívida externa, poderia dobrar os gastos sociais!

Lamentavelmente, Senhoras e Senhores Senadores, somos uma Nação que trabalha para pagar aos outros, enquanto deixa sua população desassistida e à mingua de recursos! Esse é um quadro dramático que importa mudar!

NOTAS:

³ BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Quadro V.7 — Rendas. Banco Central do Brasil, fevereiro de 2002, internet.

⁴ Cálculo realizado a partir de dados contantes em tabela da seguinte referência bibliográfica: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Orçamento, Estatísticas Orçamentárias, Quadros consolidados 1995-2001, Evolução das despesas nas áreas sociais. Sítio na internet (www.planejamento.gov.br).

Tomemos o caso da Argentina como lição do que não se deve fazer! A Argentina endividou-se externamente o mais que pôde para sustentar uma moeda insustentável. Comprometeu o futuro de seu povo e a viabilidade de seu governo, que hoje anda aí, de pires na mão, a implorar a clemência dos credores internacionais. Ainda é tempo! Não nos convertamos em outra Argentina!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não resta dúvida de que é necessário diminuir a vulnerabilidade das contas externas brasileiras. Tal vulnerabilidade, como disse, é histórica. Temos seguido, nesse particular, os ciclos econômicos mundiais: época de euforia na captação de dinheiro externo relativamente barato seguido por época de crise do Balanço de Pagamentos, com todo o custo social que isso implica em termos de estagnação e de desemprego. Alçaríamos novo e necessário patamar como nação independente e estável, caso deixássemos de ser esse navio, quase à deriva, a sofrer os solavancos das ondas da economia mundial.

Estamos na situação em que não nos podemos fechar à economia mundial, sob o risco de passarmos ao largo do caminho da riqueza e da prosperidade, e, ao mesmo tempo, temos de monitorar, muito de perto, o Balanço de Pagamentos, de modo a evitar nova crise cambial, que tantos prejuízos traria à sociedade, mas que, por vezes, parece estar insuportavelmente perto de ocorrer.

Entretanto algo é certo. É a necessidade de mudarmos o eixo de nosso desenvolvimento. Deixar a atração quase incontrolável que temos tido por captar empréstimos estrangeiros quando se nos oferece a oportunidade. Tomarmos medidas para que possamos avançar com nossas próprias pernas, incentivar a criação de poupança interna!

O Brasil é grande Nação, todos nós sabemos disso. Não nos podemos amesquinhar e continuar a levar à boca alheia o pão que pertence a nosso povo!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA
(Às 15h 30 min)

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 153, DE 2001

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 122, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2001 (nº 3.590/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá em Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 186 e 187, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Romero Jucá; e de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

- 2 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 154, DE 2001

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 123, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2001 (nº 5.622/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação da Fundação de Ensino Superior de São João del Rei em Fundação Universidade Federal de São João del Rei, e dá outras providências, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 188 e 189, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Romero Jucá; e de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

- 3 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 69, DE 2001

(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 128, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 69, de 2001, de autoria do

Senador Teotônio Vilela Filho, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 97, de 1998, do Senado Federal, ao refinanciamento da dívida mobiliária do Estado de Alagoas, tendo

Parecer sob nº 196, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Lauro Campos, José Eduardo Dutra, Roberto Requião e Eduardo Suplicy, e da Senadora Heloísa Helena.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

- 4 -

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária), tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

- 5 -

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da

Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que tramitam em conjunto.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
32, DE 2001

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo, tendo

Parecer sob nº 1.179, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2001

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que altera o “caput” do artigo 27 da Constituição Federal. (representação nas Assembléias Legislativas), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.436, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 32, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2001 (nº 2.660/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o tempo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias, tendo

Pareceres sob nºs 143 e 144, de 2002, Relator: Senador Osmar Dias, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável; e

de Assuntos Sociais, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta, com adendo para adequação do texto do Projeto à Lei Complementar nº 95, de 1998.

– 10 –

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 23, DE 1998 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1998 – Complementar, de autoria da Senadora Júnia Marise, que autoriza o Poder Executivo a incluir Municípios de Minas Gerais situados no Entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 100, de 2002, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 125, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2000 (nº 366/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 19 de maio de 1999, tendo

Parecer favorável, sob nº 78, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 299, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2001 (nº 284/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio, tendo

Parecer favorável, sob nº 79, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho.

– 13 –

REQUERIMENTO Nº 747, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 747, de 2001, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando que sejam remetidos à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, os Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999, e 271, de 2000, que tramitam em conjunto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 28 de fevereiro último, quando teve sua apreciação adiada para hoje.

– 14 –

REQUERIMENTO Nº 748, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 748, de 2001, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando que sejam remetidos à apreciação da Comissão de Educação, os Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999, e 271, de 2000, que tramitam em conjunto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 28 de fevereiro último, quando teve sua apreciação adiada para hoje.

– 15 –

REQUERIMENTO Nº 749, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 749, de 2001, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando que sejam remetidos à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999, e 271, de 2000, que tramitam em conjunto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 28 de fevereiro último, quando teve sua apreciação adiada para hoje.

– 16 –

REQUERIMENTO Nº 78, DE 2002

Votação, em turno único, o Requerimento nº 78, de 2002, do Senador Carlos Patrocínio, solicitando, nos termos regimentais, que tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 138, de 1999, e 24, de 2002, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.)

(OS 12.693/2002)

**ATO DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN
Nº 01, DE 2002**

O Presidente do Conselho de Supervisão do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 235, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

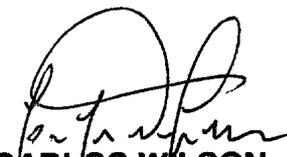
1º - Designar, *ad-referendum* do Conselho de Supervisão, os servidores **GUILHERME FERREIRA DA COSTA**, matr. 4350-SF; **HAROLDO FEITOSA TAJRA**, matr. 5288-SF, **JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO**, matr. 4727-SF, **JOSÉ RENATO LOPES**, matr. 3231-SF, **SILVANA LÚCIA RIOS SAFE DE MATOS**, matr. 4870-SF, **SILVIA REGINA MARQUES MAGALHÃES**, matr. 342-PD, **MARIA COELI BARBOSA**, matr. 153-PD, para integrarem, como membros titulares, e como membros suplentes os servidores **LUIZ CÉSAR DA ROCHA FONSECA**, matr. 346-PD, e **RAQUEL PINHEIRO GARCIA**, matr. 386-PD, a Comissão Permanente de Licitação do PRODASEN, para o período de 06 de abril de 2002 a 05 de abril de 2003, responsável pela realização de licitações para aquisição de material de consumo e contratação de serviços.

2. - Designar o servidor **JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO** para presidir a comissão, e a servidora **MARIA COELI BARBOSA** para substituí-lo em seus impedimentos.

3. - Designar as servidoras **MARTA M. PINCOWSCA C. MAIA**, matr. 385, e **SANDRA SIQUEIRA LEITE**, matr. 210, para secretariar a comissão.

4. - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Brasília-DF., 06 de abril de 2002


Senador CARLOS WILSON
Presidente do Conselho de Supervisão
do PRODASEN

**ATO DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN
Nº 02, DE 2002**

O Presidente do Conselho de Supervisão do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 235, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

1º - Designar, *ad-referendum* do Conselho de Supervisão, os servidores **ALBERTO MOREIRA VASCONCELLOS FILHO**, matr. 3708-SF; **HERMANNY LIMA SAMUEL DE ALMEIDA**, matr. 3589-SEEP, **LUCIANO DE SOUZA GOMES**, matr. 5373-SF, **LUÍS ROBERTO DAISSON SANTOS**, matr. 258-PD, **SANDRA TAVARES DE ALMEIDA LOBO**, matr. 4982-SF, **SANDRA REGINA DA S. BRITO GOMES**, matr. 3816-SEEP, **VICTOR GUIMARÃES VIEIRA**, matr. 229-PD, para integrarem, como membros titulares, e os servidores **HÉLIO CHAGAS FILHO**, matr. 312-PD, e **JAIRO JOSÉ DE OLIVEIRA**, matr. 216-PD, como membros suplentes, a Comissão Permanente de Licitação do PRODASEN, para o período de 06 de abril de 2002 a 05 de abril de 2003, responsável pela realização de licitações para aquisição de equipamentos e material permanente e contratação de consultoria.

2. - Designar o servidor **HERMANNY LIMA SAMUEL DE ALMEIDA** para presidir a comissão, e o servidor **LUCIANO DE SOUZA GOMES** para substituí-lo em seus impedimentos.

3. - Designar as servidoras **LUCIENE CAMPOS DA SILVA**, matr. 355, e **IVANILDA DA SILVA VIANA**, matr. 367, para secretariar a comissão.

4. - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Brasília-DF., 06 de abril de 2002


Senador CARLOS WILSON
Presidente do Conselho de Supervisão
do PRODASEN

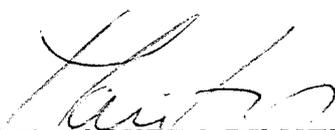
ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 39, DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 953/01-6, **RESOLVE:**

Art 1º Designar o servidor **PAULO ROBERTO MENDES**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 502, para Gestor Titular, e, como substituto, a servidora **VERA LÚCIA MIRANDA BITTENCOURT**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 232, da Carta-Contrato nº. 26/2002, celebrada entre o **Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN** e a **XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 2 de abril de 2002.


MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE
PFL - Antonio Carlos Júnior		BLOCO - Geraldo Melo (PSDB)
PFL - Waldeck Ornelas		PFL - José Agripino
PFL - Paulo Souto		PTB - Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA
BLOCO - Artur da Távola (PSDB)		PMDB - Casildo Maldaner
BLOCO - Geraldo Cândido (PT)		PFL - Geraldo Althoff
		BLOCO - Ari Stadler (PPB)
MARANHÃO		ALAGOAS
PFL - Bello Parga		PMDB - Renan Calheiros
PFL - Edison Lobão		BLOCO - Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB - João Alberto Souza		BLOCO - Heloisa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE
PSB - Ademir Andrade		PSB - Antonio Carlos Valadares
PMDB - Fernando Ribeiro		BLOCO - José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO - Luiz Otávio (PPB)		PFL - Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS
PTB - Carlos Wilson		PFL - Bernardo Cabral
BLOCO - Roberto Freire (PPS)		BLOCO - Jefferson Péres (PDT)
PFL - José Jorge		PMDB - Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ
BLOCO - José Serra (PSDB)		BLOCO - Osmar Dias (PDT)
PFL - Romeu Tuma		PMDB - Roberto Requião
BLOCO - Eduardo Suplicy (PT)		BLOCO - Álvaro Dias (PDT)
MINAS GERAIS		ACRE
PFL - Francelino Pereira		BLOCO - Marina Silva (PT)
PTB - Arlindo Porto		PMDB - Nabor Júnior
PL - José Alencar		BLOCO - Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL
PMDB - Mauro Miranda		BLOCO - Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB - Iris Rezende		PMDB - Ramez Tebet
PMDB - Maguito Vilela		PMDB - Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL
PMDB - Carlos Bezerra		PFL - Lindberg Cury
PFL - Jonas Pinheiro		BLOCO - Lauro Campos (PDT)
BLOCO - Antero Paes de Barros (PSDB)		PMDB - Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS
BLOCO - Emilia Fernandes (PT)		PTB - Carlos Patrocínio
BLOCO - José Fogaça (PPS)		PFL - Leomar Quintanilha
PMDB - Pedro Simon		BLOCO - Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ
BLOCO - Lúcio Alcântara (PSDB)		PMDB - Gilvam Borges
PMDB - Sérgio Machado		BLOCO - Sebastião Rocha (PDT)
BLOCO - Luiz Pontes (PSDB)		PMDB - José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA
PTB - Wellington Roberto		BLOCO - CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO - Ronaldo Cunha Lima (PSDB)		PFL - Moreira Mendes
PMDB - Robinson Viana		PMDB - Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA
PMDB - Gerson Camata		PMDB - Marluce Pinto
BLOCO - Ricardo Santos(PSDB)		BLOCO - Romero Jucá (PSDB)
PSB - Paulo Hartung		PFL - Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		
BLOCO - Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO - Benício Sampaio (PPB)		
PMDB - Alberto Silva		

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p><u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224</p>	<p><u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052</p>
<p><u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172</p>	<p><u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco PT/PDT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862</p>
<p><u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984</p>	<p><u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496</p>

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca²
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291	2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁵	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁶		
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB) ⁷					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) ⁹	TO	2071	3. Luiz Pontes (PSDB) ¹⁰	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS) ¹¹					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB					
Titular	UF	Ramal	Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051
(Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

² Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁵ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁹ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

¹⁰ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

¹¹ Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

¹² Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Ramais: 4605 - Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 07.11.2001

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA					
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza Vago	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Gilvam Borges	AP	2151/2157	6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Vago (3)			7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195	8 - Vago		
			9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parça	MA	3069/3072	7 - José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2301/2307	3 - Eduardo Giqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Helôisa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Reassunção do titular em 8.04.2002.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em: 8/04/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTE	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTE	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNC (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001

REUNIÕES: SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: ☎ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605 E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344 ATUALIZADA EM: 22.02.2002

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.
(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: **ROMEU TUMA**
Vice-Presidente: **MARINA SILVA**
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Mariuce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Caesildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho (1)	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AI	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas
Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefones da Secretaria: 311-4808/3513

Fax: 311-3632 - E-mail: jiaiv@senado.gov.br

Atualizada em: 3/04/2003

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

PMDB

VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO
VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

	PMDB
VAGO	
VAGO	
VAGO	
	PFL
VAGO	
VAGO	
	BLOCO PSDB/PPB
VAGO	
VAGO	
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO	
VAGO	

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO P3DB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (S) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- Retirada as indicações pelas Lideranças
- em 6 e 13.9.2000.

Atualizada em 30/05/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 03/04/2002

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	2130/2132	1 – Mauro Miranda	CO	2001/2005
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
vago			9 – vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2401/2402	2 – Lúcio Coelho	MG	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 – Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlando Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002
 (2) Reassunção do titular em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizado: 8/04/2002.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

**VAGO
VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PEI			
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT PDT PSB PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:
SECRETARIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES			SUPLENTE
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1-(VAGO)	
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
ÁLVARO DIAS - PDT	PR-4059/60	1-GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 03/03/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/30

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS 14 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 05/03/02

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Moreira Mendes (3)	RO	2231/2237
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Tavoia	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Ari Stadler	SC	4200/4206	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546

Atualizada em :3/04/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Vago (4)		
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Marluce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1061/1066	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2074/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teutônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloisa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(4) Reassunção do titular em 8.04.2002.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 08/04/2002.

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

**PRESIDENTE:
RELATOR:**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB	
VAGO		1- VAGO
VAGO		2- VAGO
VAGO		3- VAGO
	PFL	
VAGO		1- VAGO
VAGO		2 – VAGO
	BLOCO PSDB/PPB	
VAGO		1- VAGO
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
VAGO		1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Vago (4)			2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(4) Reassunção do titular em 8.04.2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em: 08/04/2002

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR
ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS
OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS**

**PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO
RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	2- VALMIR AMARAL	DF-1961/1966
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	2- VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/4095	1- LUIZ OTÁVIO	PA-3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- ROBERTO SATURNINO (1)	RJ-4229/4230

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNFAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. VAGO (2)				
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
VAGO (3)					2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	###59	311-2331	323-5994	1. JEFFERSON PERES	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	-05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Em virtude do afastamento do Sr. José Coelho, em 11/03/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(3) Em virtude do afastamento do Sr. Pedro Piva, em 22/02/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-6326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 28/02/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 62 PÁGINAS